



**AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO
DAS BACIAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ**

- AGÊNCIA REGULADORA PCJ -

RELATÓRIO DE GESTÃO

2016

SUMÁRIO

ITEM	PÁG.
1 - APRESENTAÇÃO	2
2 - IDENTIDADE INSTITUCIONAL	3
3 - MUNICÍPIOS INTEGRANTES	4
4 - DIRETRIZES ESTRATÉGICAS	6
5 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	7
6 - ESTRUTURA FUNCIONAL	8
7 - ESTRUTURA FÍSICA	9
8 - DEMONSTRATIVO DAS ATIVIDADES	10
9 - ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E INSTITUCIONAIS	16
10 - DEMONSTRATIVO CONTÁBIL E FINANCEIRO	19
11 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	24

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2016

1 - APRESENTAÇÃO

A ARES-PCJ – Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Agência Reguladora PCJ), é associação pública, criada na forma de consórcio público, como pessoa jurídica de direito público interno de natureza autárquica e integrante da administração indireta de todos os municípios consorciados.

Sua criação foi um marco para a região, pois nasceu da vontade de prefeitos e de dirigentes dos serviços municipais de saneamento, a fim de atender as exigências da Lei federal nº 11.445/2007 (Diretrizes Nacionais do Saneamento Básico). Com o apoio do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Consórcio PCJ) tornou possível viabilizar a sua instalação.

Os objetivos da ARES-PCJ estão voltados para a regulação e a fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, através da gestão associada de serviços públicos, nos municípios associados; verificar e acompanhar o cumprimento dos planos de saneamento básico; fixar, reajustar e revisar os valores das taxas, tarifas e preços públicos dos serviços de saneamento básico; homologar, regular e fiscalizar os contratos de prestação de serviços públicos de saneamento básico; editar normas e regras, etc.

A ARES-PCJ encerrou o Exercício de 2016 com atuação em 55 (cinquenta e cinco) municípios associados, sendo 43 (quarenta e três) municípios consorciados, que estão descritos no Protocolo de Intenções convertido em Contrato de Consórcio Público, e 12 (doze) municípios conveniados, que são atendidos através de Convênio de Cooperação.

As atividades desenvolvidas no Exercício de 2016 foram executadas em conformidade com o Programa Anual de Trabalho, incluindo ações de regulação e fiscalização da prestação dos serviços de abastecimento público de água tratada e esgotamento sanitário nos municípios associados, além dos serviços ligados aos resíduos sólidos domésticos no Município de Piracicaba, através de monitoramento e acompanhamento tanto dos aspectos técnico-operacional, quanto aos econômicos e financeiros.

Assim, para que produza os devidos efeitos legais, de publicidade e transparência, a Diretoria Executiva da Agência Reguladora PCJ apresenta este Relatório de Gestão, com objetivo de demonstrar as principais atividades e ações desenvolvidas, relativas à regulação e fiscalização, atividades administrativas, além de outras atividades complementares.

Este Relatório de Gestão, também, visa promover a prestação das contas da Agência Reguladora PCJ, através dos demonstrativos de seus balanços orçamentário, financeiro e patrimonial, relativos ao Exercício de 2016.

**DIRETORIA EXECUTIVA
ARES-PCJ**

2 - IDENTIDADE INSTITUCIONAL

NOME:

Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

NOME FANTASIA / SIGLA:

Agência Reguladora PCJ / ARES-PCJ

NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ:

13.750.681/0001-57

NATUREZA JURÍDICA:

Associação Pública

FORMA DE CONSTITUIÇÃO:

Consórcio Público de Direito Público Interno

FINALIDADE:

Regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico nos municípios associados

PRAZO DE DURAÇÃO:

Indeterminado

ENDEREÇO:

Rua Sete de Setembro, nº 751 – Centro – Americana / SP - CEP 13.465-320

TELEFONES:

(19) 3601-8962 / 3601-8965

ENDEREÇO ELETRÔNICO:

arespcj@arespcj.com.br

PÁGINA NA INTERNET:

www.arespcj.com.br

NORMAS LEGAIS:

Constituição Federal de 1988 - Art. 241 (NR - Emenda Constitucional nº 19/1998)

Lei Federal nº 11.107/2005 - Lei dos Consórcios Públicos e Decreto nº 6.017/2007

Lei Federal nº 11.445/2007 - Política Nacional de Saneamento Básico e Decreto nº 7.217/2010

Protocolo de Intenções (convertido em Contrato de Consórcio Público) e Estatuto da ARES-PCJ

REPRESENTANTE LEGAL:

Antonio Fernandes Neto - Prefeito Municipal de Cosmópolis e Presidente da ARES-PCJ

PERÍODO DE MANDATO:

De 01/04/2015 a 31/12/2016

3 - MUNICÍPIOS INTEGRANTES

A Agência Reguladora PCJ, ao final do Exercício de 2016, estava constituída por 55 (cinquenta e cinco) Municípios Associados, sendo 43 (quarenta e três) consorciados e 12 (doze) conveniados. Os Municípios Consorciados possuem Leis de Ratificação do Protocolo de Intenções da ARES-PCJ, convertido em Contrato de Consórcio Público, enquanto os Municípios Conveniados possuem Leis Autorizativas para assinatura de Convênio de Cooperação com a Agência Reguladora PCJ.

MUNICÍPIOS CONSORCIADOS:

Nº	MUNICÍPIO CONSORCIADO	LEI DE RATIFICAÇÃO
01	Águas de São Pedro	1.589/2011
02	Americana	5.460/2013
03	Amparo	3.767/2014
04	Analândia	1.710/2011
05	Araras	4.679/2014
06	Artur Nogueira	3.006/2010
07	Atibaia	3.954/2010
08	Bom Jesus dos Perdões	2.360/2014
09	Campinas	14.241/2012
10	Capivari	3.755/2010
11	Charqueada	1.373/2011
12	Cordeirópolis	2.677/2010
13	Corumbataí	1.416/2010
14	Cosmópolis	3.324/2010
15	Holambra	857/2015
16	Hortolândia	2.645/2010
17	Indaiatuba	6.428/2015
18	Ipeúna	926/2010
19	Iracemápolis	1.844/2010
20	Itatiba	4.322/2011
21	Jaguariúna	2.029/2010
22	Jundiaí	8.266/2014

Nº	MUNICÍPIO CONSORCIADO	LEI DE RATIFICAÇÃO
23	Limeira	5.157/2013
24	Louveira	2.320/2013
25	Mogi Guaçu	4.988/2016
26	Mogi Mirim	5.030/2010
27	Mombuca	1.280/2010
28	Monte Alegre do Sul	1.574/2011
29	Nova Odessa	2.611/2012
30	Pedreira	3.077/2010
31	Piracaia	2.564/2010
32	Piracicaba	7.371/2012
33	Rafard	1.595/2013
34	Rio Claro	4.129/2010
35	Rio das Pedras	2.662/2011
36	Saltinho	548/2014
37	Salto	3.250/2014
38	Sta. Bárbara d'Oeste	3.383/2012
39	Santa Maria da Serra	1.168/2011
40	São Pedro	3.041/2013
41	Sumaré	5.410/2012
42	Valinhos	4.671/2011
43	Vinhedo	3.570/2013

MUNICÍPIOS CONVENIADOS:

Nº	MUNICÍPIO CONVENIADO	LEI AUTORIZATIVA
01	Araraquara	8.178/2014
02	Brotas	015/2015*
03	Cerquilha	3.113/2014
04	Dois Córregos	4.87/2015
05	Ibaté	2.973/2016
06	Itirapina	2.653/2013

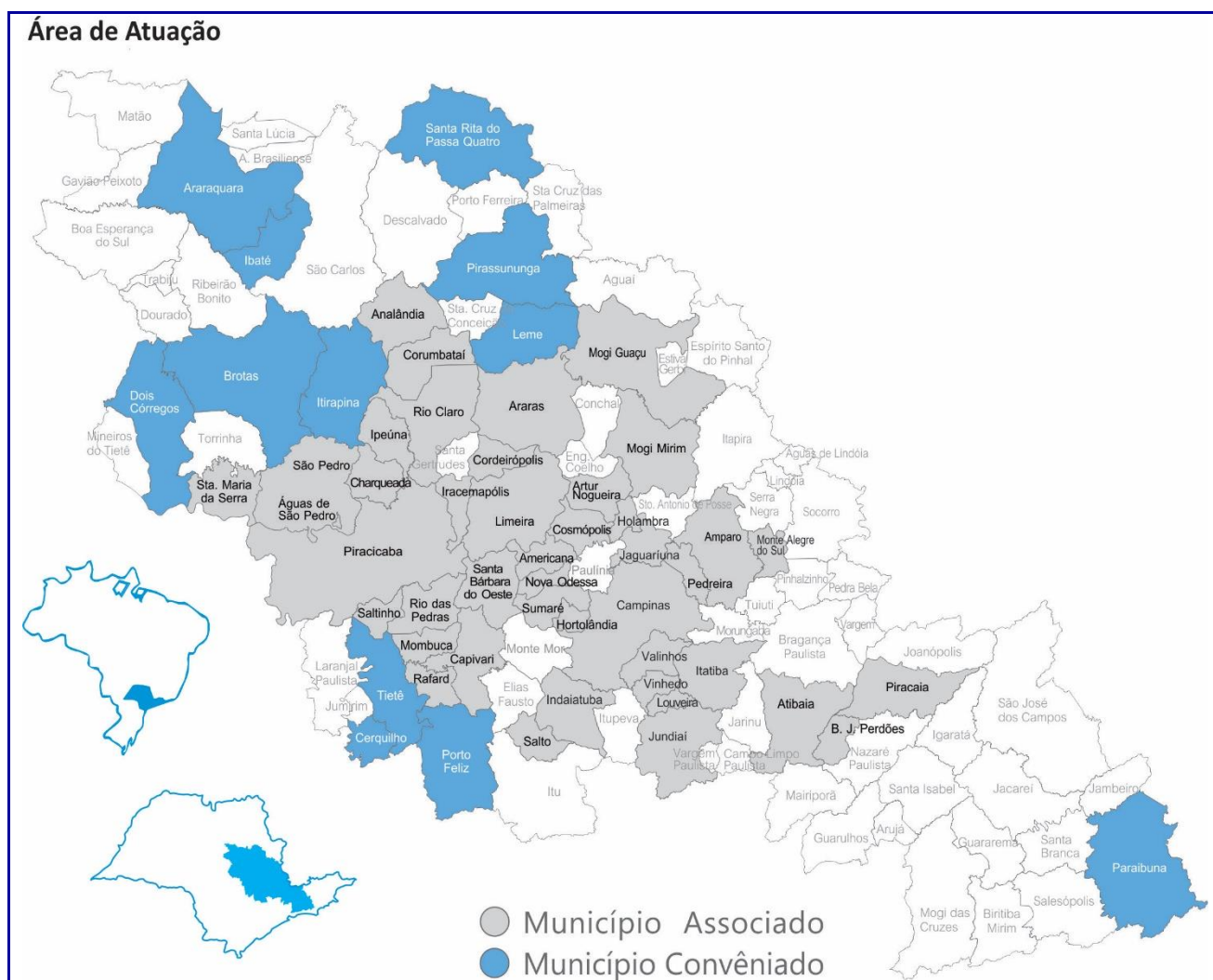
Nº	MUNICÍPIO CONVENIADO	LEI AUTORIZATIVA
07	Leme	3.323/2013
08	Paraibuna	2.910/2014
09	Pirassununga	4.594/2014
10	Porto Feliz	5.466/2016
11	Sta. Rita Passa Quatro	3.268/2016
12	Tietê	3.437/2014

(*) Chamada Pública

ÁREA DE ATUAÇÃO:

As bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (bacias PCJ) são apenas um referencial geográfico da área de atuação da Agência Reguladora PCJ, e não um fator limitante.

Conforme o § 1º, art. 23, da Lei federal nº 11.445/2007, uma agência reguladora pode atuar no limite de seu respectivo Estado, dessa forma a ARES-PCJ atua em outros municípios do Estado de São Paulo, localizados em outras bacias hidrográficas.



4 - DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

A Agência Reguladora PCJ possui as seguintes Diretrizes Estratégicas:

MISSÃO:

Regular e fiscalizar os serviços públicos de saneamento básico nos municípios associados, com base em normas e indicadores que garantam sua excelência e contribuam para o equilíbrio nas relações entre usuários, prestadores de serviços e poder público.

VISÃO:

Ser um consórcio público de referência na regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, reconhecido pela competência de seus colaboradores, cooperação institucional, inovação e comprometimento com a qualidade de vida da população.

VALORES:

Responsabilidade, ética, eficiência, eficácia, transparência, tecnicidade, celeridade e objetividade.

OBJETIVOS:

Realizar a gestão associada de serviços públicos, plena ou parcialmente, através do exercício das atividades de regulação e fiscalização de serviços públicos de saneamento básico, aos municípios consorciados e conveniados.

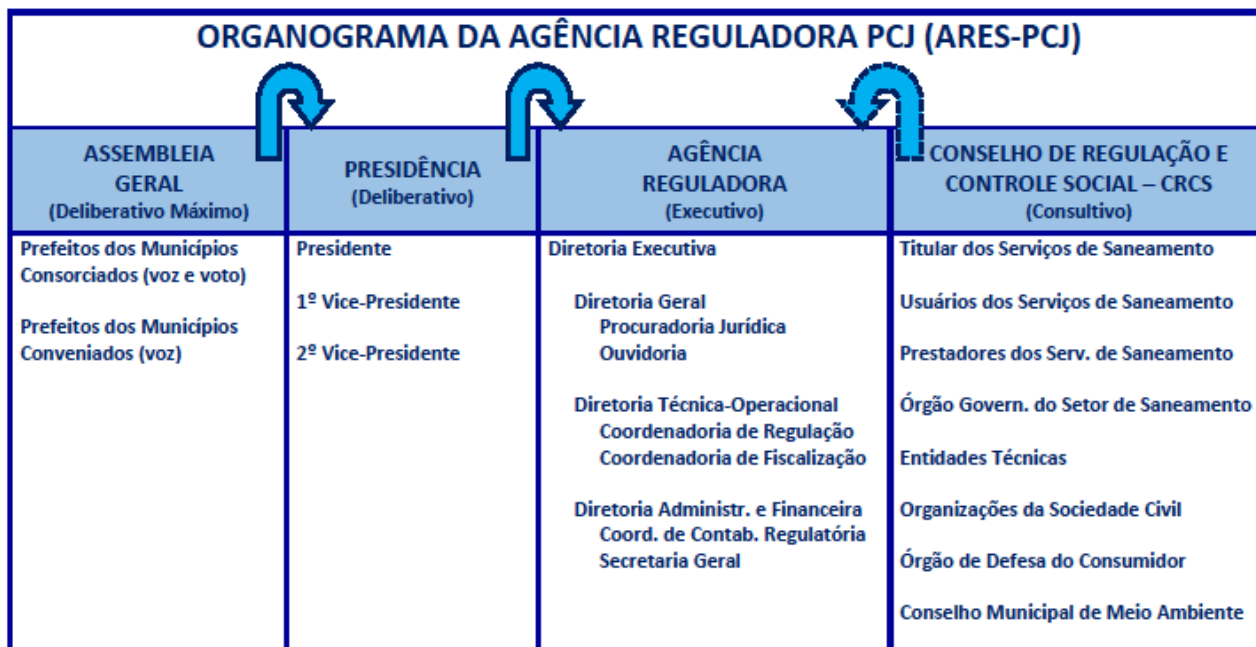
COMPETÊNCIAS:

Exercer as atividades de regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, delegadas pelos municípios consorciados e conveniados, dentre elas:

- Edição de regulamento, abrangendo as normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços, a que se refere o art. 23 da Lei federal nº 11.445/2007;
- Exercício de fiscalização e do poder de polícia relativo aos serviços públicos mencionados, especialmente a aplicação de penalidades por descumprimento de preceitos administrativos ou contratuais, bem como em casos de intervenção e retomada da operação dos serviços delegados, conforme condições previstas em leis e em documentos contratuais;
- Análise, fixação, revisão e reajuste dos valores de tarifas de água e esgoto, bem como a elaboração de estudos e planilhas referentes aos custos dos serviços e sua recuperação;
- Análise, fixação, revisão e reajuste dos valores de taxas, tarifas e outros preços públicos relativos aos demais serviços públicos de saneamento básico prestados nos Municípios associados.

5 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional da ARES-PCJ é composta por: Assembleia Geral, Presidência e Agência Reguladora, além de contar com o apoio dos Conselhos Municipais de Regulação e Controle Social.



ASSEMBLEIA GERAL:

É a instância deliberativa máxima da Agência Reguladora PCJ, composta pelos prefeitos dos municípios consorciados (com direito a voto), e pelos prefeitos dos municípios conveniados.

PRESIDÊNCIA:

A Presidência da ARES-PCJ é órgão deliberativo composto por: Presidente, 1º Vice-Presidente e 2º Vice-Presidente, para mandato de 2 (dois) anos. Os membros da Presidência - Gestão 2015/2016 (de 1º de abril de 2015 a 31 de dezembro de 2016), foram:

- **Presidente:** Antônio Fernandes Neto - Prefeito de Cosmópolis
- **1º Vice-Presidente:** Clayton Machado - Prefeito de Valinhos (desincompatibilizou em 31/05/16)
- **2º Vice-Presidente:** Hélio Zanata - Prefeito de São Pedro (desincompatibilizou em 31/05/16)

AGÊNCIA REGULADORA:

A Agência Reguladora é órgão executivo da ARES-PCJ, composta pela Diretoria Executiva (Diretoria Geral, Diretoria Técnica-Operacional e Diretoria Administrativa e Financeira).

CONSELHOS DE REGULAÇÃO E CONTROLE SOCIAL:

Os Conselhos de Regulação e Controle Social são órgãos consultivos, de apoio à Agência Reguladora PCJ, criados em cada município associado e são compostos por representantes de diversos segmentos ligados aos serviços públicos de saneamento básico e à sociedade civil. Seus membros são indicados pelo Prefeito Municipal.

6 - ESTRUTURA FUNCIONAL

A Diretoria Executiva da Agência Reguladora PCJ encerrou o Exercício de 2016 composta pelos seguintes colaboradores e estagiários:

DIRETORIA GERAL:

Diretor: Dalto Favero Brochi

PROCURADORIA JURÍDICA:

Procuradores: Newton Garcia Faustino
Helder Quenzer

OUVIDORIA:

Ouvidor: Iuri Domarco Botão
Estagiária: Beatriz Fernanda do Amaral

DIRETORIA TÉCNICO-OPERACIONAL:

Diretor: Carlos Roberto Belani Gravina

COORDENADORIA DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO:

Coordenador: Daniel Manzi
Analistas: Ludimila Turetta
Marcelo Oliveira Santos Bacchi
Daniele Bertaco Ramirez
Débora Faria Fonseca
Thalita Salgado Fagundes
Edilinson Martins de Albuquerque
Assistente: Rodrigo de Oliveira Taufic
Estagiários: Guilherme Magri Ramos
Hudson Boschiero

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:

Diretor: Carlos Roberto de Oliveira

COORDENADORIA DE CONTABILIDADE REGULATÓRIA:

Coordenador: Lucas Candido dos Santos
Analista: Geise Renata Zonzini
Estagiária: Miriane de Paula Simões

SECRETARIA GERAL:

Coordenador: Paulo de Oliveira Matos Junior
Assistente: Laís Nonato da Costa
Auxiliar: Maria Aparecida da Costa G. M. Stefanini
Estagiário: Marcus Vinícius dos Santos Arias

7 - ESTRUTURA FÍSICA

SEDE – AMERICANA:

A sede da Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - ARES-PCJ, está localizada no município de Americana / SP, na Rua Sete de Setembro, nº 751 - Centro.

Ao final do Exercício de 2016, na sede da ARES-PCJ estavam lotados 18 (dezoito) colaboradores e 4 (quatro) estagiários e onde são centralizadas as atividades e ações técnicas e administrativas relativas à regulação e fiscalização dos serviços de água e esgoto, além da procuradoria e ouvidoria.

Desde 1º de janeiro de 2016 a Sede - Americana concentrou todas as atividades administrativas e técnicas relativas à regulação e fiscalização dos serviços de água e esgoto.

Em maio de 2016 a ARES-PCJ adquiriu uma área, localizada na Av. Paulista nº 629, Vila Nossa Senhora de Fátima, em Americana, onde será construída sua sede própria.

ESCRITÓRIO REGIONAL – PIRACICABA:

Localizado no Centro Empresarial Balamnut, na Rua Dr. Paulo de Moraes, nº 555 - Sala 21- Bairro Paulista - Piracicaba / SP.

No Escritório Regional - Piracicaba estão 1 (uma) analista e 1 (um estagiário) e são desenvolvidas atividades voltadas à fiscalização dos serviços de limpeza pública, além do acompanhamento das atividades das concessões e das parcerias público-privadas (PPPs).

FROTA DE VEÍCULOS:

A frota da Agência Reguladora PCJ, ao final do Exercício de 2016, estava composta de 6 (seis) veículos, sendo:

- 01 (um) Hyundai HB 20S;
- 01 (um) Hyundai HB 20;
- 01 (um) Fiat Doblô;
- 03 (três) VW Gol.

Durante a 11ª Assembleia Geral Ordinária, realizada em 24 de novembro de 2016, foi aprovada a alienação, através de leilão público, de 2 (dois) veículos VW Gol.

8 - DEMONSTRATIVO DAS ATIVIDADES

No Exercício de 2016, através da gestão associada de serviços públicos, a Agência Reguladora PCJ desenvolveu atividades de regulação e fiscalização nos municípios associados (consorciados e conveniados), além de ações de fortalecimento institucional, capacitação dos colaboradores e prestadores, dentre outras, conforme Proposta de Programa Anual de Trabalho - 2016, aprovada na 9ª Assembleia Geral da ARES-PCJ, ocorrida em 05 de novembro de 2015.

O Programa Anual de Trabalho - 2016 foi elaborado pela Diretoria Executiva da ARES-PCJ e está dividido em Programas e Projetos, conforme o quadro abaixo.

PROGRAMA	PROJETO	OBJETIVO
1 - Organização Institucional	1.1 - Gestão e Fortalecimento	Administração geral da ARES-PCJ
	1.2 - Sede Própria	Aquisição da sede
2 - Capacitação e Treinamento	2.1 - Atualização em Regulação	Informações sobre a regulação do setor
	2.2 - Aprender e Ensinar	Capacitação, cursos e treinamentos
3 - Cooperação Institucional	3.1 - Agências Parceiras	Troca de informações e experiências
4 - Publicações Temáticas	4.1 - Nossa Impressão	Divulgação das atividades e ações
5 - Ouvidoria Itinerante	5.1 - Vozes da Rua	Divulgação institucional e avaliação da prestação dos serviços
6 - Recursos Humanos	6.1 - Nossa Força	Valorização dos empregados
7 - Tecnologia e Informação	7.1 - Informatização	Informatizar os procedimentos internos
8 - Contabilidade e Finanças	8.1 - Caixa Forte	Sustentabilidade econômica e financeira
	8.2 - Auditoria Externa	Avaliação da contabilidade e finanças
9 - Contabilidade Regulatória	9.1 - Contas Abertas	Avaliação dos sistemas contábeis dos prestadores
10 - Apoio ao Prestador	10.1 - Boas Práticas	Parceria e apoio aos prestadores
11 - Normas e Regulamentos	11.1 - Normatizar e Crescer	Elaboração de normas e regulamentos
	11.1 - Tarifa Justa	Estudos sobre revisões e reajustes tarifários
12 - Indicadores de Desempenho	12.1 - Eficácia com Eficiência	Avaliação de desempenho dos prestadores
13 - Planos de Saneamento	13.1 - Saneamento que Queremos	Acompanhamento da execução dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB)
14 - Visitas e Inspeções	14.1 - Olho Vivo	Diagnóstico, fiscalização e avaliação dos sistemas
	14.2 - Qualidade Total	Monitoramento da qualidade da prestação dos serviços

DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS E PROJETOS:

1 - ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

1.1 - Gestão e Fortalecimento:

Implantação e manutenção da administração geral da ARES-PCJ, incluindo a contratação de funcionários, estruturação da parte física, aquisição de bens, equipamentos e materiais, dentre outras. Essas são atividades e ações contínuas.

1.2 - Sede Própria:

Em maio de 2016 a ARES-PCJ adquiriu uma área, localizada na Av. Paulista nº 629, Vila Nossa Senhora de Fátima, em Americana, onde será construída sua sede própria. Entre os meses de outubro e novembro de 2016 foi elaborado o Projeto Básico.

2 - CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO

2.1 - Atualização em Regulação:

Curso Regulação dos Serviços de Saneamento – Teoria e Prática, parceria entre a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental ABES e o Banco Interamericano de Desenvolvimento;

Participação no IV Seminário Técnico da ERSARA - “Águas e Resíduos dos Açores” – Portugal;

Participação na WATEC 2016, na Itália;

Participação no Workshop de Experiências Exitosas em Regulação, em Brasília - DF (ABAR);

Participação no Seminário Qualidade Regulatória, em Brasília - DF (ABAR);

Participação nas Reuniões da Câmara Técnica de Saneamento (CTSAN/ABAR);

Participação na Assembleia da ASSEMAE, em Jaraguá do Sul - SC;

Participação no Simpósio nacional sobre regulação e tarifas do setor de saneamento ambiental;

Participação 6º Seminário Estadual Água e Saúde - Segurança Hídrica e Proteção da Saúde CVS/ Jundiaí.

2.2 - Aprender e Ensinar:

Participação na WIC – *Water Infrastructure Conference*, da *American Water Works Association*, em Phoenix (AZ) – EUA.

Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério das Cidades e a Cooperação Alemã (*Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit – GIZ*) para a realização de Redes de Aprendizagem para Controle de Perdas e Eficiência Energética em sistemas de abastecimento de água, enquanto primeiro catalizador das iniciativas no Brasil.

Participação em capacitações oferecidas pelo ProReg / ABAR;

3 - COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL

3.1 - Agências Parceiras

Participação no IV Seminário Técnico da ERSARA - “Águas e Resíduos dos Açores” - Portugal
Participação na WATEC 2016, na Itália;
Participação no Workshop de Experiências Exitosas em Regulação, em Brasília - DF (ABAR);
Participação no Seminário Qualidade Regulatória, em Brasília - DF (ABAR);
Participação nas Reuniões da Câmara Técnica de Saneamento (CTSAN/ABAR);
Assembleia da ASSEMAE, em Jaraguá do Sul - SC;
Participação 6º Seminário Estadual Água e Saúde - Segurança Hídrica e Proteção da Saúde CVS/ Jundiáí.
Participação no Comitê Permanente de Qualidade da Água do Estado de São Paulo, junto dos órgãos governamentais ligados ao setor e da ARSESP.
Reuniões de trabalho com representantes da ERSAR e ERSARA - Portugal, Agência Reguladora de Milão - Itália;
Reuniões de trabalho com representantes da ARIS, AGIR, CISAB-RC e AR-Itu;
Desenvolvimento do 2º ENARMIS – Encontro Nacional das Agência Reguladoras Municipais e Intermunicipais de Saneamento.

4 - PUBLICAÇÃO TEMÁTICA

4.1 - Nossa Impressão

Elaboração de material de divulgação institucional – Livro de 5 Anos da ARES-PCJ;
Elaboração do Boletim Informativo Regulação;
Inserção de informações no sítio eletrônico;
Inserção de informações nas redes sociais;
Produção de vídeos institucionais.

5 - OUVIDORIA ITINERANTE

5.1 - Vozes da Rua

A Ouvidoria Itinerante da ARES-PCJ visitou 37 municípios associados e conveniados durante o ano de 2016.

6 - RECURSOS HUMANOS

6.1 - Nossa Força

1ª Feira Internacional Pollutec Brasil 2016 / São Paulo
6º Encontro Nacional das Águas/ São Paulo
Curso de Introdução à AIR pela ABAR / São Paulo
14º Encontro Técnico sobre Reúso da CETESB / São Paulo
Capacitação Aproveitamento Energético do Biogás pelo Sindcon / Ribeirão Preto
XIX Congresso Águas Subterrâneas / Campinas
Encontro sobre Eficiência Energética Brasil-Alemanha/ São Paulo
III Simpósio ISA São Paulo de Automação em Sistemas de Água e Esgoto
FENASAN 2016 – 27ª Feira Nacional de Saneamento e Meio Ambiente/ São Paulo
Participação no XIX Congresso Brasileiro de Ouvidores/Ombudsman, em Belo Horizonte, com apresentação de trabalho sobre a Ouvidoria Itinerante da ARES-PCJ.
Participação no Curso sobre o sistema de controle interno;
Participação na Confederação Nacional dos Municípios;
Participação na Palestra sobre controle interno da administração e sua relação com o Tribunal de Contas;
Participação da XIV Semana Jurídica do Tribunal de Contas;
Visita Técnica “Tecnologias Sociais para Saneamento Rural” SANEAR (Subcomissão Permanente de Saneamento Ambiental da Câmara dos Deputados);
Participação no Seminário – Plano de Segurança da Água, realizado na Unesp – Campus Rio Claro;
Participação mesa redonda “Saneamento em áreas irregulares nas grandes cidades brasileiras”, realizado em São Paulo;
Participação na Confederação Nacional dos Municípios.

7 - TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO

7.1 - Informatização

Contratação e desenvolvimento do software de Sistema de Informações de Fiscalização Unificado – SIFU, para receber, processar e analisar todas as informações técnicas dos programas de fiscalização e monitoramento da ARES-PCJ.

Contratação e desenvolvimento do software SONAR, para Gestão Regulatória.

8 - CONTABILIDADE E FINANÇAS

8.1 - Caixa Forte

A sustentabilidade da ARES-PCJ se dá através da Taxa de Regulação aplicada aos prestadores de serviços de saneamento em cada município. Atualmente está fixada em 0,3% das receitas líquidas do ano anterior, dividida em 10 parcelas mensais.

8.2 - Auditoria Externa

Contratação de auditoria externa independente para acompanhamento e orientação das ações da contabilidade interna e suporte à Diretoria Executiva da ARES-PCJ.

9 - CONTABILIDADE REGULATÓRIA

9.1 - Contas Abertas

Contratação e desenvolvimento do software SONAR, para Gestão Regulatória que compreende as informações dos demonstrativos contábeis e financeiros, faturamento, bem como os dados físicos (água, esgoto, energia elétrica e colaboradores).

Elaboração da Cartilha “Reajuste e Revisão de Tarifas”

10 - APOIO AO PRESTADOR

10.1 - Boas Práticas

Elaboração de modelo de Contrato e de Regulamento de prestação dos serviços, contratação de empresas para diagnóstico de pressão;

Implantação de Distrito de Medição e Controle – DMC (pressão e vazão) em área piloto em Santa Bárbara d’Oeste, visando estimar os índices de perdas de água e extrapolar os resultados e conclusões, no auxílio à redução e controle de perdas de água nos diversos sistemas de abastecimento público de água.

11 - NORMAS E REGULAMENTOS

11.1 - Normatizar e Crescer

Emissão de 8 (oito) resoluções de caráter normativo:

RESOLUÇÃO ARES-PCJ N° 124, de 22/01/2016, que dispõe sobre alteração de redação de artigos e de título do Anexo I da Resolução ARES-PCJ nº 123, de 15/01/2016;

RESOLUÇÃO ARES-PCJ N° 125, de 22/01/2016, que dispõe sobre a inserção do Parágrafo 8º ao Artigo 3º da Resolução ARES-PCJ nº 01, que de 21/11/2011, dispõe sobre as regras para instalação e funcionamento dos Conselhos de Regulação e Controle Social, no âmbito dos municípios regulados pela ARES-PCJ;

RESOLUÇÃO ARES-PCJ N° 129, de 01/02/2016, que dispõe sobre alteração de redação de artigos da Resolução ARES-PCJ nº 48, de 28/02/2014, e de itens das tabelas constantes em seu Anexo I;

RESOLUÇÃO ARES-PCJ N° 135, de 11/04/2016, que estabelece as Condições Gerais de Prestação dos Serviços Públicos de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos, no âmbito dos municípios associados à Agência Reguladora PCJ (ARES-PCJ);

RESOLUÇÃO ARES-PCJ N° 152, de 03/11/2016, que dá nova redação ao Artigo 24, da Resolução ARES-PCJ nº 115, de 17/12/2015;

RESOLUÇÃO ARES-PCJ N° 157, de 30/11/2016, que altera a redação dos itens I, IX e XVI “c”, descritos no Anexo II – Relação de Documentos, da Resolução ARES-PCJ nº 115, de 17/12/2015;

RESOLUÇÃO ARES-PCJ Nº 161, de 08/12/2016, que dispõe sobre formas e mecanismos de Controle Social a serem adotados pela Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (ARES-PCJ);

RESOLUÇÃO ARES-PCJ Nº 162, de 08/12/2016, que dispõe sobre a alíquota, metodologia de apuração e forma de repasse do valor da Taxa de Regulação e Fiscalização referente ao Exercício de 2017, cobrada pela ARES-PCJ, junto aos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento;

11.2 - Tarifa Justa

Emissão de 29 (vinte e nove) resoluções de reajustes tarifários;

Emissão de 2 (duas) resoluções de revisões extraordinárias dos contratos de concessão;

12 - INDICADORES DE DESEMPENHO

12.1 - Eficácia com Eficiência

A ARES-PCJ contribuiu com o Programa Interáguas-Acertar do Ministério das Cidades na realização de um diagnóstico e na elaboração de manuais para auditoria em informações e indicadores de desempenho pelas Agências Reguladoras junto dos Prestadores de Serviço.

Desenvolvimento de projeto piloto em Corumbataí visando aumento da eficiência em sistema de tratamento de esgoto.

13 - PLANOS DE SANEAMENTO

13.1 - Saneamento que Queremos

Participação de reuniões e audiências públicas em municípios, relacionadas aos investimentos previstos e propostos, e suas respectivas inclusões em LOA e PPA.

14 - VISITAS E INSPEÇÕES

14.1 - Olho Vivo

Cobertura de 89% de inspeções dos subsistemas de água e esgoto existentes nos municípios associados, com um total de mais de 2.100 unidades inspecionadas em campo.

Emissão de 76 (setenta e seis) relatórios de fiscalização.

14.2 - Qualidade Total

Programas de monitoramento da qualidade da água, esgoto e pressão continuaram e alcançaram valores expressivos: 28.469 parâmetros de qualidade da água analisados e mais de 221.000 horas de pressões monitoradas nos municípios associados.

9 - ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E INSTITUCIONAIS

9.1 - RECURSOS HUMANOS

No final do Exercício de 2016 a Agência Reguladora PCJ contava com 24 colaboradores, sendo:

CARGO / FUNÇÃO	Nº DE COLABORADORES
- Diretor	03
- Procurador Jurídico	02
- Ouvidor	01
- Analista de Regulação e Fiscalização	09
- Assistente Administrativo	03
- Auxiliar	01
- Estagiário	05

9.2 - ASSEMBLEIAS GERAIS

Anualmente a Agência Reguladora PCJ realiza 2 (duas) Assembleias Ordinárias e, se necessário, Assembleias Extraordinárias. Essas reuniões são estruturadas e organizadas pela Diretoria Executiva da ARES-PCJ. No exercício de 2016 foram realizadas as seguintes assembleias:

ASSEMBLEIA	DATA	LOCAL	MUNICÍPIO
- 10ª Assembleia Geral Ordinária	17/03/2016	Hotel NOHOTEL	Americana
- 11ª Assembleia Geral Ordinária	24/11/2016	Hotel NOHOTEL	Americana

9.3 - REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

Os Diretores da Agência Reguladora PCJ (Diretor Geral, Diretor Técnico-Operacional e Diretor Administrativo e Financeiro), se reúnem sempre que necessário para deliberar, de forma colegiada, sobre assuntos de suas competências e de interesse institucional.

9.4 - PROCURADORIA JURÍDICA

Durante o ano de 2016 a Procuradoria da Agência Reguladora PCJ acompanhou 12 processos judiciais e 17 processos licitatórios dentre Pregões, Carta Convites e Leilões (mais 97 Dispensas e 2 Inexigibilidades); emitiu 58 pareceres jurídicos, elaborou 52 contratos e termos aditivos, dentre outras várias atividades de assessoramento à Diretoria Executiva da ARES-PCJ.

9.5 - OUVIDORIA

Durante o ano de 2016 a Ouvidoria da ARES-PCJ recebeu mais de 8.000 contatos, que resultaram em 830 solicitações, assim distribuídas:

SOLICITAÇÃO À OUVIDORIA - 2016	%
Conta (elevada, incorreta)	15
Falta de água	15
Vazamento de água	13
Esgoto (vazamento na rua)	10
Buracos não arrumados	10
Outros	10
Esgoto (entupimento e retorno)	5
Atendimento	4
Nova ligação de água ou esgoto	4
Qualidade da água	2
Limpeza de Fossa	2
Corte de água	2
Tarifas	2
Pressão da água	2
Religação	1
Mudança de ligação	1
Problemas com hidrômetro	1
Reembolso, Mau cheiro, Cadastro (juntas)	1
TOTAL	100

A predominância, como se observa, é de reclamações sobre valores das contas e falta de água, em primeiro e segundo lugar, respectivamente. As duas categorias também foram as principais no ano anterior, e as posições se inverteram, possivelmente em função da crise hídrica de 2015 e da crise econômica de 2016.

A Resolução ARES-PCJ nº 49, que trata dos procedimentos da Ouvidoria, estipula que o prazo para resposta dos prestadores é de 10 dias, prorrogáveis por mais 5 em caso de solicitação do prestador para casos mais complexos. Tal prazo foi cumprido em 70% das reclamações, porém 30% delas foram respondidas fora do prazo.

O dado mostra um avanço em relação ao ano anterior, em que 40% das solicitações haviam sido respondidas fora do prazo, no entanto ainda há margem para aprimoramento, motivo pelo qual serão intensificadas as atividades de divulgação institucional.

9.6 - PROCESSO ADMINISTRATIVO

Durante o ano de 2016 foram abertos 220 Processos Administrativos, pela Secretaria Geral da Agência Reguladora PCJ.

No mesmo período foram elaborados e emitidos 1.382 ofícios.

9.7 - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

A fim de informar os municípios associados, sobre as ações desenvolvidas referentes à regulação e fiscalização dos serviços de saneamento, a ARES-PCJ elaborou 628 Relatórios de Atividades, que foram encaminhados a todos os Vereadores dos municípios regulados.

Também foram elaborados 36 Relatórios de Atividades referentes aos Convênios de Cooperação, que foram encaminhados aos Prefeitos e aos Gestores dos Serviços de Saneamento dos municípios conveniados.

9.8 - DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL

A ARES-PCJ se utiliza de mídias impressas e digitais e de redes sociais para publicar e divulgar suas atividades e ações. Durante o ano de 2016 a Agência Reguladora PCJ realizou:

- Vídeos: produção da Série Minuto Informação, sobre os direitos e deveres dos usuários dos serviços de saneamento, com 15 vídeos a serem veiculados ao longo de 2017;
- Publicação: 4 edições impressas do Boletim Informativo Regulação, distribuídos nos municípios associados;
- Impressão e distribuição de materiais institucionais: Folder Institucional, *Flyer* sobre Direitos e Deveres dos Usuários, Cartilha sobre reajustes e revisões tarifárias, ímãs com os contatos da ouvidoria, etc.;
- Divulgação de releases e atendimento à imprensa regional que resultaram na veiculação de 204 matérias jornalísticas;
- Publicação de 151 notícias no site da ARES-PCJ (www.arespcj.com.br);
- Publicação de 785 conteúdos no Facebook e 1.509 no Twitter, com alcance de 390 mil usuários e 28 mil interações.

10 - DEMONSTRATIVO CONTÁBIL E FINANCEIRO

10.1 - ORÇAMENTO ANUAL (EXERCÍCIO 2016)

Durante a 9ª Assembleia Geral Ordinária da Agência Reguladora PCJ, ocorrida em 05/11/2015, foi aprovada a Proposta de Orçamento para o Exercício de 2016, na ordem de R\$ 6.500.000,00.

O Orçamento para o Exercício de 2016 foi revisado em 24/11/2016, durante a 11ª Assembleia Geral Ordinária, passando a vigorar com os seguintes valores:

AGÊNCIA REGULADORA PCJ - ORÇAMENTO 2016			
(Revisado em 24/11/2016)			
RECEITAS	R\$	DESPESAS	R\$
RECEITAS CORRENTES	6.500.000,00	DESPESAS CORRENTES	6.447.000,00
Receita Patrimonial	700.000,00	Despesas com Pessoal e Enc. Sociais	2.890.000,00
Receitas Financeiras	700.000,00	Vencimentos e Vantagens	2.130.000,00
		Obrigações Patronais	620.000,00
Receita de Serviços	5.550.000,00	Indenizações e Restit. Trabalhistas	0,00
Taxa de Regulação (Água e Esgoto)	4.700.000,00	Ressarc. Desp. - Pessoal Requisitado	140.000,00
Taxa de Regulação (Resíduos Sólidos)	850.000,00		
		Outras Despesas Correntes	3.557.000,00
Outras Receitas Correntes	250.000,00	Diárias – Pessoal Civil	50.000,00
Programa de Educação Ambiental	250.000,00	Material de Consumo	110.000,00
		Matl. Bem ou Serv. de Distr. Gratuita	74.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	Serviços de Consultoria	435.000,00
		Despesas com Viagens	0,00
SUPERÁVIT - EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.500.000,00	Outros Serv. Terceiros - P. Física	130.000,00
Superávit de Exercícios Anteriores	3.500.000,00	Outros Serv. Terceiros - P. Jurídica	2.658.000,00
		Obrigações Trib. e Contributivas	50.000,00
		Auxílio Transporte	50.000,00
		DESPESAS DE CAPITAL	3.552.000,00
		Equipamentos e Matl. Permanente	50.000,00
		Obras e Instalações	10.000,00
		Aquisição Imóveis	3.492.000,00
		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.000,00
		Reserva de Contingência	1.000,00
TOTAL DAS RECEITAS	10.000.000,00	TOTAL DAS DESPESAS	10.000.000,00

10.2 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO DAS BACIAS PCJ (ARES-PCJ) BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016									
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS					
RECEITAS	VALOR (R\$)			DESPESAS	VALOR (R\$)				
	PREVISÃO	REALIZADAS	SALDO		DOTAÇÃO	EMPENHADAS	LIQUIDADAS	PAGAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	6.500.000,00	8.456.114,33	1.956.114,33	DESPESAS CORRENTES	6.447.000,00	5.981.912,43	5.890.104,86	5.697.161,83	465.087,57
Receita Tributária	5.550.000,00	6.774.635,35	1.224.635,35	Pessoal e Encargos	2.890.000,00	2.701.698,14	2.584.370,05	2.434.628,14	188.301,86
Receita Patrimonial	700.000,00	1.165.955,10	465.955,10	Outras Desp. Correntes	3.557.000,00	3.280.214,29	3.305.734,81	3.262.533,69	276.785,71
Receita de Serviços	0,00	15.070,00	15.070,00						
Outras Rec. Correntes	250.000,00	500.453,88	250.453,88	DESPESAS DE CAPITAL	3.552.000,00	3.524.562,84	3.524.562,84	3.524.562,84	27.437,16
				Investimentos	60.000,00	32.562,84	32.562,84	32.562,84	27.437,16
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	4.330,00	4.330,00	Inversões Financeiras	3.492.000,00	3.492.000,00	3.492.000,00	3.492.000,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS	6.500.000,00	8.460.444,33	1.960.444,33	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
DÉFICIT	3.500.000,00	1.046.030,94		SUBTOTAL DAS DESPESAS	10.000.000,00	9.506.475,27	9.414.667,70	9.221.724,67	493.524,73
TOTAL DAS RECEITAS	10.000.000,00	9.506.475,27		TOTAL DAS DESPESAS	10.000.000,00	9.506.475,27	9.414.667,70	9.221.724,67	493.524,73

10.3 - BALANÇO FINANCEIRO

AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO DAS BACIAS PCJ (ARES-PCJ)					
BALANÇO FINANCEIRO - ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016					
RECEITA	VALOR EM R\$		DESPESAS	VALOR EM R\$	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exerc. Anterior		Exercício Atual	Exerc. Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	8.460.444,33	7.585.559,07	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	9.506.475,27	4.926.397,84
Ordinária	8.460.444,33	7.558.389,07	Ordinária	9.506.475,27	4.926.397,84
Vinculada (Alienação de Veículo)	0,00	27.170,00	Vinculada	0,00	0,00
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	4.763.275,89	739.126,73	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	4.697.045,22	769.544,63
RESTOS A PAGAR (INSCRIÇÃO)	284.750,60	217.329,60	RESTOS A PAGAR (LIQUIDADOS)	208.588,44	239.701,42
DEPÓSITOS	474.122,46	364.508,07	DEPÓSITOS	484.053,95	372.554,15
OUTRAS MOVIMENT. EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	4.004.402,83	157.289,06	OUTRAS MOVIMENT. EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	4.004.402,83	157.289,06
Conforme Anexo 13-A	4.004.402,83	157.289,06	Conforme Anexo 13-A	4.004.402,83	157.289,06
SALDOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	11.065.765,38	8.437.022,05	SALDOS PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	10.085.965,11	11.065.765,38
DISPONÍVEL	11.065.765,38	8.437.022,05	DISPONÍVEL	10.085.965,11	11.065.765,38
Caixa	1.878,08	876,82	Caixa	1.004,60	1.878,08
Bancos Conta Movimento	991.636,16	1.005.158,24	Bancos Conta Movimento	2.457.054,11	991.636,16
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	10.007.251,14	7.365.986,99	Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	7.562.906,40	10.007.251,14
Poupança (Caução – RPPS)	65.000,00	65.000,00	Poupança (Caução – RPPS)	65.000,00	65.000,00
TOTAL	24.289.485,60	16.761.707,85	TOTAL	24.289.485,60	16.761.707,85

10.4 - BALANÇO PATRIMONIAL

AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO DAS BACIAS PCJ (ARES-PCJ)					
BALANÇO PATRIMONIAL - ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016					
ATIVO	VALOR EM R\$		PASSIVO	VALOR EM R\$	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exerc. Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exerc. Anterior
ATIVO CIRCULANTE	10.098.196,45	11.077.996,72	PASSIVO CIRCULANTE	206.495,24	221.923,34
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	10.020.965,11	11.000.765,38	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREV. E SOCIAIS	149.741,91	134.237,92
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		11.000.765,38	PESSOAL A PAGAR	94.202,71	88.560,15
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata		10.007.251,14	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	55.539,20	45.677,77
Caixa		1.878,08	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR DE CURTO PRAZO	48.410,58	67.949,07
Bancos Conta Movimento/Contas Próprias/Conta Única		991.636,16	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NAC. A CURTO PRAZO	0,00	67.949,07
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	12.231,34	12.231,34	OBRIGAÇÕES FISCAIS DE CURTO PRAZO	0,00	1.462,11
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	4.000,00	4.000,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	8.342,75	18.274,24
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	8.231,34	8.231,34			
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS A CURTO PRAZO	65.000,00	65.000,00	TOTAL DO PASSIVO	206.495,24	221.923,24
Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS	65.000,00	65.000,00			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	4.025.105,21	494.048,76	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercício Atual	Exerc. Anterior
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	175.755,48	13.954,93	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13.916.806,42	11.350.122,14
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	175.755,48	13.954,93	PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	2.766.601,85	2.766.601,85
Dívida Ativa Tributária	24.307,13	0,00	PATRIMÔNIO SOCIAL	2.766.601,85	2.766.601,85
Dívida Ativa Não Tributária – Clientes	151.448,35	13.954,93	RESULTADOS ACUMULADOS	11.150.204,57	8.583.520,29
IMOBILIZADO	3.849.349,73	480.093,83	SUPERAVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	11.150.204,57	8.583.520,29
BENS MÓVEIS	526.311,94	500.060,15	Resultado do Exercício	2.566.684,28	2.735.903,41
BENS IMÓVEIS	3.492.000,00	0,00	Resultado de Exercícios Anteriores	8.583.520,29	5.847.616,88
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-168.962,21	-19.966,32	Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
TOTAL DO ATIVO	14.123.301,66	11.572.045,48	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13.916.806,42	11.350.122,14
TOTAL	14.123.301,66	11.572.045,48	TOTAL	14.123.301,66	11.572.045,48

10.5 - DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO DAS BACIAS PCJ (ARES-PCJ)					
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016					
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		VALOR EM R\$		VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exerc. Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exerc. Anterior
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	6.774.635,35	6.059.316,89	PESSOAL E ENCARGOS	2.891.680,14	2.290.268,52
Taxas	6.774.635,35	6.059.316,89	Remuneração a Pessoal	2.084.314,32	1.572.595,73
			Encargos Patronais	647.121,85	454.510,81
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	176.870,55	0,00	Benefícios a Pessoal	42.915,88	33.905,30
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	176.870,55	0,00	Outras Variações Patr. Diminutivas - Pessoal e Enc.	117.328,09	229.256,68
					4.580.537,04
VARIAÇÕES PATRIMON. AUMENTATIVAS FINANC.	1.625.685,25	1.130.318,47	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	6.642.105,05	2.482.606,22
Juros e Encargos de Mora	2.355,00	0,00	Uso de Material de Consumo	162.475,47	152.717,53
Remun. de Depósitos Bancários e Aplic. Financeiras	1.165.955,10	1.130.318,47	Serviços	6.330.633,69	2.314.239,39
Outras Variações Patr. Aumentativas - Financeiras	457.375,15	0,00	Depreciação, Amortização e Exaustão	148.995,89	15.649,30
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	0,00	VARIAÇÕES PATRIM. DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	44,17	4.346,28
Transferências Intragovernamentais	0,00	0,00	Juros e Encargos de Mora	44,17	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	Outras Variações Patr. Diminutivas - Financeiras	0,00	4.346,28
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	3.534.602,82	0,00	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	27.819,97	18.053,62
Reavaliação de Ativos	17.784,72	0,00	Reavaliação, Redução a Valor Recuperável	22.768,39	0,00
Ganhos com Alienação	4.330,00	0,00	Perdas com Alienação	0,00	18.053,62
Ganhos com Incorporação de Ativos	3.509.056,40	0,00	Perdas Involuntárias	5.051,58	0,00
Ganhos com Desincorporação de Passivos	3.431,70	0,00			
			TRIBUTÁRIAS	24.184,09	27.211,02
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMON. AUMENTATIVAS	40.723,73	368.753,71	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.522,43	4.352,98
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	40.723,73	368.753,71	Contribuições	20.661,66	22.858,04
TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS	12.152.517,70	7.558.389,07	TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS	9.585.833,42	4.822.485,66
			RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	2.566.684,28	2.735.903,41
TOTAL	12.152.517,70	7.558.389,07	TOTAL	12.152.517,70	7.558.389,07

11 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação da Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - ARES-PCJ foi um marco para a região. A entidade nasceu da vontade dos prefeitos e dos dirigentes dos serviços municipais de saneamento, a fim de atender as exigências da lei federal nº 11.445/2007.

A ARES-PCJ atua em âmbito regional, por isso a união dos municípios é de fundamental importância. O Exercício de 2016 foi encerrado com 55 (cinquenta e cinco) municípios associados, com perspectivas de ampliação desse número para o próximo ano.

Como pode ser observado neste Relatório de Gestão - 2016, a Agência Reguladora PCJ apresenta resultados positivos na regulação e fiscalização dos serviços de saneamento, notadamente em água e esgoto.

Avanços podem ser verificados também na gestão institucional, com a contratação de empregados, oriundos de Processos Seletivos, visando a melhoria da regulação e fiscalização e no fortalecimento da governança institucional, principalmente com o aumento do número de Municípios Associados.

Outro avanço foi o estabelecimento de instrumentos regulatórios emitidos pela ARES-PCJ, como a metodologia e procedimentos, através de fórmula paramétrica e de sistema de contabilidade regulatória, que agilizam os procedimentos utilizados quando dos cálculos dos reajustes e revisões das tarifas dos serviços de saneamento.

Para os próximos anos, um dos principais desafios da ARES-PCJ é iniciar a regulação e fiscalização dos prestadores dos serviços públicos voltados à limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos domésticos. Vale ressaltar que desde agosto de 2012 a ARES-PCJ exerce a regulação desses serviços no Município de Piracicaba.